



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata

**PLENÁRIO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA VERTENTES DO RIO GRANDE - CBH GD2**

Ata da 51ª Reunião Ordinária realizada no dia 09 de junho de 2022

Aos 09 de junho de 2022, às 13h e 30 min, o Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande - CBH GD2, deu-se início a 51ª Reunião Ordinária do ano de 2022 e a 3ª Reunião de Trabalho, por Videconferência pela plataforma jit-si meet. Participaram on line os seguintes conselheiros titulares e suplentes: **Representantes do Poder Público Estadual:** Márcio Heitor Stelmo Silva (SES – MG), Reginaldo da Silva Alves (IEF), Eduardo Araújo Rodrigues (IGAM); **Representantes do Poder Público Municipal:** Gustavo Alvarenga Rodrigues (Prefeitura Municipal de Lavras), Paulo Henrique Dias Campos (Prefeitura Municipal de Carandaí), Washington Ângelo de Souza (Prefeitura Municipal de São João del-Rei); Matheus Augusto de Oliveira Alves (Prefeitura Municipal de Nepomuceno); Flávia Otaviana Machado (Prefeitura Municipal de Bom Sucesso); **Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos:** Izaías Cláudio Mendes de Oliveira (AMG Mineração), Deivid Lucas de Oliveira (FIEMG), Denio Procópio Drummond (CEMIG – GT); **Representantes da Sociedade Civil:** Sálvio de Macedo Silva (UFSJ), Adriano Valério Resende (Ong IRIS). **Convidados:** Maria de Lourdes Amaral Nascimento (GECBH/IGAM), Thiago Figueiredo Santana (Diretor de Gestão e Apoio ao SEGRH (IGAM), Fabiana Moura Campos (IGAM), Luis Arthur Amaral Silva (Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Carandaí), Jocimar Luciano de Aquino (Secretário Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Ibertioga), Yvonne Kasinski (Presidente da Fundação Abraham Kasinsky). A pauta da reunião contou com os seguintes pontos: Item 1) Abertura e verificação do quórum pelo Presidente; Item 2) Comunicado dos Conselheiros; Item 3) Aprovação da DN Nº 36 que altera o Regimento Interno do CBH GD2, conforme DN CERH Nº 69/2021; Item 4) Aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária realizada no dia 09 de fevereiro de 2022; Item 5) Discussão sobre a Unificação dos CBH's GD2/GD1, com a participação do IGAM; Item 6) Considerações finais; Encerramento. Assuntos em Pauta: Foi verificado o quórum pelo Presidente do Comitê, Gustavo Alvarenga Rodrigues que iniciou a reunião, fez o agradecimento à participação de todos e solicitou a plenária a permissão para fazer uma apresentação com uma introdução referente ao item 5, a discussão sobre a unificação dos CBH's. Ele mostrou os mapas geográficos dos GDs com as possibilidades de unificação, comentou sobre o aumento do contingente populacional e a expansão demográfica. Ainda apresentou mapas hídricos das bacias com os respectivos rios e afluentes, suas sub-bacias como também as áreas degradadas. E finalizando falou a respeito da situação da representatividade dos segmentos e também da importância dos municípios dentro dos comitês. Logo após, passou-se para o 2º item da reunião, comunicado dos conselheiros. Ele sugeriu aos conselheiros que fizessem suas considerações e comunicados após a discussão do item 5. Em seguida, o Presidente passou para o 3º item, Aprovação da DN Nº 36 que altera o Regimento Interno do CBH GD2, conforme DN CERH Nº 69/2021 que a plenária aprovou por unanimidade. Dando sequência à reunião, passou-se para o 4º item da reunião, a aprovação da ata da 50ª Reunião Ordinária que também foi aprovada com unanimidade. Dando prosseguimento à reunião, seguiu-se para o item 5, a Discussão sobre a Unificação dos CBH's GD2/GD1, com a participação de representantes do IGAM. O Presidente Gustavo perguntou

para a plenária se alguém queria se manifestar. O Vice-presidente Adriano sugeriu que algum representante do IGAM se manifestasse ou repassasse a apresentação feita da última reunião. O representante do IGAM, Thiago respondeu que “o objetivo dele era estar à disposição da plenária e prestar esclarecimentos sobre algumas dúvidas”. O conselheiro Eduardo (IGAM) solicitou a palavra e se manifestou falando sobre o histórico do comitê, sobre a identidade das bacias, a representatividade e sua participação nos processos de implantação dos Planos Diretores dos dois GDs e também a respeito da reintegração e fortalecimento do CBH GD2 feitos pela Diretoria. E finalizou comentando como se fazer uma gestão bem feita e ainda ressaltou que “eu não vejo essa nossa expectativa da fusão como ruim e sim uma possibilidade muito séria de fortalecimento e de crescimento do nosso trabalho na gestão”. Logo depois foi cedida a palavra ao Conselheiro Reginaldo (IEF) que declarou “sempre defendi essa fusão desde a criação do comitê e nunca entendi o porquê de dois comitês numa região tão homogênea e de certa forma pequena. Temos que ser mais efetivos em alguns aspectos que precisam ser melhor discutidos e eu sou totalmente favorável à fusão”. Em seguida, o Vice-Presidente Adriano pediu a palavra e disse: “eu não concordo com a fusão e o que está em jogo é a questão econômica. A cobrança é a solução para os comitês do Grande e não tem recurso nem para nossa gestão interna. Nós vamos mudar discussão com a cobrança, recurso e projetos para serem analisados, atrair prefeituras e associações que vão se interessar. São áreas similares e a grande virada é a cobrança e a aplicação de recursos. É assim que a gente vai melhorar e ter uma entidade equipara para fazer a gestão”. Dando sequência, o conselheiro Deivid pediu a fala e comentou “eu vejo um avanço para a gestão e sempre questioneei o porquê de não haver a junção. O próprio Plano Diretor já apontava algumas diretrizes e que facilita muito a gestão e o acompanhamento do órgão ambiental e do IGAM. Outros comitês começaram a discutir os instrumentos de gestão, a aplicação e a implementação de cobrança. Infelizmente a cobrança não soluciona os problemas nos comitês. Vejo um avanço e não prejuízo. Isso facilita trabalhar nessa gestão e o comitê só ganhará com essa junção”. Em seguida, o conselheiro Eduardo pediu a palavra novamente e citou “primeiro que a cobrança é um instrumento de gestão, deve ser aplicável de maneira correta e o principal papel é estabelecer o uso racional da água e o desafio que é atribuir valor a ela. Quanto que é a cobrança, quanto que ela precisa ser para ter o valor e o que se deve fazer com a cobrança? E que também os conselhos aprendam em curto espaço de tempo a melhor forma e o jeito de aplicá-la. Temos boas ações e as aplicações em alguns comitês. Planejar a aplicação é uma coisa, executar é outra e ainda o que fazer com ela e outro é ver o resultado disso reagindo de forma positiva para a bacia”. O representante do IGAM, Tiago ressaltou que “toda colocação independente se é convergente é válida para esclarecer de onde vem essa proposta e como o processo evoluiu ao longo desse tempo. A cobrança era efetuada sobre previsão de uso e hoje está num formato análogo ao da Cemig ou SAAE e COPASA que você paga sobre o utilizado. É uma evolução de forma e preço. Sobre a cobrança, não é para manter vocês com uma estrutura adequada nas ações dentro do comitê. Foi proposto que os comitês revisem seus territórios de atuação para mantê-los funcionando e fortalecê-los dentro de um local de discussão de política pública e não para ser um banco, cujo objetivo é só juntar dinheiro e sim criar um “locus” forte, robusto que vai discutir problemas capazes de dar solução para bacia do Alto Rio Grande e que vocês discutem no GD2 e no GD1. Fortalecer o processo de discussão e solução dos problemas, a participação das instituições e não só pelos órgãos de estado, mas também de outros segmentos aqui representados que a gente qualifica por ter uma maior concorrência. Uma pergunta interessante do Izaías: “como fica a representação”? Nesse processo de fortalecimento da plenária ambos os comitês farão a proposta de um Regimento que pode duplicar ou triplicar o número de conselheiros respeitada a paridade dentre os quatro segmentos. A gente quer que a discussão seja para dar resultado. Sobre a fala do Adriano no aspecto de agências de bacia para a ótica que o objetivo é somente financeiro para dar uma estrutura forte, não é essa a lógica. É para trazer uma sinergia de esforços e uma plenária forte. Vamos ver uma possível União que vai trazer um novo representante do segmento, para poder agregar valor, discussão e as pautas se crescem não pelo recurso, mas porque gera concorrência de participação, qualifica o processo. O importante para nós é a eficiência desse sistema no local robusto para dar resultado para a sociedade. Hoje perpetuou por um esforço de vocês e um legado positivo a nossa ótica de ver absorver essa proposta”. O vice-presidente Adriano pediu novamente a palavra e destacou que a questão do fortalecimento dos CBHs com a junção dos GDs não tem melhoramento de pauta. A gente quer ter uma outra discussão e a cobrança não é solução para o comitê e nós sabemos dos problemas que vem com a cobrança. A gente precisa passar para uma outra fase da dependência do FHIDRO, do IGAM, de amadurecimento, de ter recurso, de começar a gerir nosso próprio recurso, de ter a cobrança.

Isso que é o fortalecimento. Quais os benefícios da fusão e qual o custo de se ter um comitê a mais”? O representante do IGAM, Thiago comentou e frisou: “só queria fazer dois esclarecimentos: agência de bacia não é um problema do comitê. Quando se implementa a cobrança foi feito um processo de seleção, entrou um concorrente para exercer essa função de entidade equiparada, agência de bacia, que ganhou esse processo seletivo e o IGAM celebrou um contrato, o acompanhamento dos projetos e assim por motivo de baixa execução, se houve erros na execução do recurso, teve alguns problemas nas prestações de contas, mas é uma relação IGAM entidade equiparada. Com relação a conselheiros, quero deixar claro que não falei que eles são desqualificados e sim que qualifica mais quando há uma maior concorrência. Pode ser que sejam todos vocês que vão concorrer e estar no novo comitê. Não é esse o demérito ou mérito. A ideia é ser um local que seja atrativo e mais pessoas quererem estar. E considerando o que o Adriano falou sobre a questão de custo tem sim. Por quê é uma sede a mais, um auxiliar administrativo e uma reunião a mais com despesas. Um custo que pode ser revertido em outras situações de necessidade de vocês”. O conselheiro Sálvio solicitou a palavra e opinou dizendo que: “eu não concordo com a fusão. Nós precisamos ampliar essa discussão. Precisamos saber a opinião e a manifestação de Prefeituras, Copasa se são favoráveis ou não e o que representa isso para eles. Nós estamos andando em círculos. A gerente Maria de Lourdes solicitou a palavra e fez um comentário sobre a fala do Sálvio: “nós precisamos ampliar essa participação e é justamente por isso que nós estamos aqui. É bom sua provocação para que os municípios se manifestem. Esse é o fórum, essa é a Instância e a plenária. Quando se tem a cobrança, tem recursos, a partir do momento que começar a discutir o PAPI, a importância das ações, principalmente as de saneamento”. O conselheiro Adriano comentou novamente sobre os custos do comitê e a respeito da cobrança. O conselheiro Izaías (AMG) solicitou a palavra e ressaltou: “pode ser que eu me expressei mal e a minha preocupação não é a quantidade de conselheiros e sim a extensão do território. Não me sentiria muito à vontade para deliberar sobre uma questão que é do GD1, que eu não conheço e não estaria tão familiarizado. Não estou muito confortável em votar essa unificação. No meu ponto de vista, deveríamos fazer mais essas reuniões com outros representantes e essa ideia de não ter mais certeza naquilo que eu for votar”. O conselheiro Washington (Prefeitura Municipal de SJDR) declarou sua opinião dizendo que: “a gente é contra essa fusão. A experiência nos trouxe essa ideia de que não é tão viável assim. Gostaria de discutir mais essa situação, mais oportunidades e reuniões para saber que decisão tomar. Por enquanto a gente continua votando não pela fusão”. A representante da GECBH, Maria de Lourdes pediu a palavra e respondeu ao Adriano a respeito das sedes que não haverá custo porque provavelmente os comitês não serão sedes. Eduardo novamente solicitou a palavra e comentou: “essa questão de opinar sobre o outro município, na maioria dos conselheiros não tem o conhecimento da bacia. As nossas decisões não são pautadas no conhecimento para aprender sobre um território ou de outro. O importante é entender o papel do comitê de bacia para definirem e os instrumentos de gestão”. Finalizando a reunião, o Presidente Gustavo pontuou três questões: “primeiro o comitê de bacia é a união das pessoas e segmentos em prol de um bem comum que é a água e propiciar a harmonia. Segundo sobre o monitoramento citado pelo Thiago, estar na bacia e conhecer é fundamental e o último ponto sobre o quórum, os principais usuários são os municípios e nos aproximar deles e também a união desses segmentos é que realmente vamos conseguir revitalizar a bacia”. Encerrando a reunião declarou: “tivemos um quórum expressivo nesta modalidade e discutimos sobre vários temas importantes, de forma sintética, aberta, transparente e democrática”. “Cabe a nós digerirmos essas informações e tentarmos formatar reuniões com esse conteúdo. Nós teremos uma reunião conjunta ou outras, dependendo da disponibilidade e eu acredito que talvez seja a melhor opção”. Ele fez os agradecimentos aos participantes e convidados encerrando a reunião.

ENCERRAMENTO: Finalizando a reunião. Eu, Laércio Antônio Chitarra, Auxiliar Administrativo CBH GD2, lavrei a presente ata, aos 09 de junho de 2022, sendo posteriormente encaminhada aos membros do Comitê GD2 para aprovação na reunião plenária seguinte.

São João del-Rei, 09 de junho de 2022.

Gustavo Alvarenga Rodrigues

Presidente do CBH Vertentes do Rio Grande – GD2

Geraldo Demeralino Sabino

1º Secretário do CBH Vertentes do Rio Grande – GD2



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Alvarenga Rodrigues, Presidente(a)**, em 27/09/2022, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **53368113** e o código CRC **06714FF2**.

Referência: Processo nº 2240.01.0006351/2022-33

SEI nº 53368113